

ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 16 de março de 2022 - Ata n.º 17.

Aos dezesseis dias do mês de março de dois mil e vinte e dois, às nove horas e trinta minutos, **em ambiente misto, utilizando-se do Sistema de Deliberação Misto, instituído pela Resolução n.º 19, de 15/12/2020**, com discussão e votação mista em virtude da emergência de saúde pública relacionada ao coronavírus SARS-CoV-2, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Senhor Deputado **Tercílio Turini** (na função de Presidente), secretariado pelos Senhores Deputados **Luiz Claudio Romanelli** (1.º Secretário) e **Gilson de Souza** (2.º Secretário), “*sob a proteção de Deus*”, iniciou os trabalhos da **17.ª Sessão Ordinária da 4.ª Sessão Legislativa da 19.ª Legislatura**.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Conforme art. 7.º da Resolução n.º 19, de 23 de dezembro de 2020, fica dispensada a leitura da Ata. Consulto o Sr. 1.º Secretário, Deputado Romanelli, se há Expediente a ser lido.

SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Luiz Claudio Romanelli – PSB): Bom dia, Sr. Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas.

EXPEDIENTE: (Transcrição dos documentos originais, que se encontram sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Ofício: (Encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.) **Ofício n.º 151/2022** da Procuradoria da República em Francisco Beltrão, encaminhando resposta ao Requerimento n.º 6609/2021, do Deputado Homero Marchese.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Não temos oradores inscritos no Pequeno Expediente, passamos ao Grande Expediente. Com a palavra o Deputado Professor Lemos.

GRANDE EXPEDIENTE: Usou da palavra o Sr. Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas. Quero cumprimentar toda a população que acompanha a nossa Sessão. Quero fazer um cumprimento especial aos servidores e servidoras públicas que estão mobilizados no dia de hoje. Já vi várias lideranças de várias categorias de todas as regiões do Estado do Paraná presentes aqui em frente ao Palácio Iguaçu. Também há mobilização grande do pessoal militar, da Polícia Civil, cobrando que o Estado pague o que deve ao servidor público. Pagar o que deve significa pagar a inflação que derrubou o poder de compra dos salários. A inflação diminui os salários, à medida que tudo aumentou e o salário ficou congelado, em alguns casos o salário foi reduzido. Com relação ao servidor público do Estado do Paraná, tanto o pessoal civil quanto o militar, com a reforma da previdência, tiveram o seu salário diminuído porque aumentou a alíquota previdenciária, inclusive para os aposentados e aposentadas foi pior, porque eram isentos de pagar previdência até o teto do INSS, que hoje é mais de R\$ 7 mil, e pagam hoje, então, previdência, mesmo na quota-parte do salário que é menor do que o teto do INSS. Então, houve uma redução nos salários. E a inflação é grande, aumenta todos os dias as coisas, os alimentos, os remédios, a luz, a água, aumenta os combustíveis, óleo diesel, gasolina, etanol, aumenta também o gás, aquele gás de cozinha, então se compra menos. O Governo brasileiro tem empobrecido a nossa população com a política econômica que desenvolve. Fez aumentar o número de bilionários, mas que são poucos, e na contramão fez aumentar muito o número de pobres e inclusive de miseráveis, que estão vivendo abaixo da linha da pobreza. E ao servidor público do Paraná cabe ao Governador do Estado aplicar a lei da data-base. A lei da data-base foi uma conquista que fizemos no Governo Requião, em 2003. E é importante lembrar que o Requião respeitou a data-base todo ano, pagou a inflação aos servidores, e de

Iá para cá tivemos problemas, e com este Governo o problema ficou maior. É por isso que os servidores estão mobilizados, indignados, com toda razão, cobrando que o Governo pague o que deve aos servidores. A inflação, está prevista o pagamento dela na Constituição Federal e na Constituição do Estado do Paraná, é dever, pelo menos na data-base, corrigir a inflação. A inflação acumulada, ela vai chegar no dia 1º de maio, que é o dia da data-base, em mais de 30%, e o Governo precisa pagar o que deve. Por isso, assiste razão aos servidores que estão mobilizados no dia de hoje, tanto pessoal militar quanto os servidores civis. Quero aqui também, Sr. Presidente e a população do Paraná, dar boas-vindas ao Ex-Governador Roberto Requião, que na próxima sexta-feira à noite, aqui em Curitiba, vai se filiar ao Partido dos Trabalhadores. Bem-vindo Ex-Governador Roberto Requião. Você é nossa esperança, nossa esperança para retomarmos a valorização dos serviços públicos e dos servidores públicos. Seja bem-vindo, Requião, porque você é nossa esperança de valorização da educação, da educação pública de qualidade. Seja bem-vindo para promover mais programas e retomar os programas que são importantes para o desenvolvimento do Estado, como, por exemplo, programas para a agricultura familiar. Lembrem do *Trator Solidário*, lembrem de outros programas importantes. Um programa importante é o da energia elétrica noturna para a agricultura, que reduz em 60% o valor da energia elétrica no período noturno para o agricultor que usa, por exemplo, para a irrigação, ou para o aviário, ou para qualquer outra atividade na agricultura. Isso precisa ser retomado, porque está previsto acabar o programa no dia 31 de dezembro deste ano, e aí a conta vai ficar alta em janeiro para os agricultores. Então, bem-vindo, Requião, para retomar um programa como este, para ampliar programas importantes que foram criados. E na educação, por exemplo, conquistamos no Governo Requião um novo plano de carreira para professores de escolas, para professoras. Esse plano de carreira já foi atacado, precisamos rever os ataques ao plano de carreira para retomarmos os direitos plenos do plano de carreira da educação. É preciso retomar, com o Requião, o plano de carreira dos funcionários, conquistamos, com o Requião, o plano de carreira dos funcionários, e ele foi extinto, o Governador atual mandou para esta Assembleia e em 2020

acabou com o plano de carreira dos funcionários de escolas, extinguindo os cargos de Agente I e Agente II e terceirizando a contratação de funcionários de escolas, o que é um absurdo. Então, bem-vindo, Requião, você é nossa esperança para retomarmos a valorização dos funcionários de escolas, dos professores, dos demais servidores públicos do Estado do Paraná, para você garantir todo ano a data-base como sempre garantiu quando foi Governador do Paraná, além de criar a lei da data-base, a garantiu, respeitando os servidores, para pagar pelo menos a inflação ao servidor, porque é previsto na Constituição, está na lei no Estado do Paraná. Também boas-vindas ao Ex-Governador Roberto Requião ao nosso Partido, porque há esperança de que possamos valorizar a Copel, a Sanepar, valorizar, não deixar ter prejuízo, como o Requião não deixou ter prejuízo, mas também não deixou aumentar as tarifas, congelou a tarifa da Copel, da Sanepar durante os dois mandatos que teve, congelou, porque não dava prejuízo, empresa pública estatal não é para dar lucro, se não dá prejuízo não precisa aumentar as tarifas. Aumentar as tarifas para encher o bolso de quem? Dos acionistas, aqueles grandes empresários, que nem conhecem o Estado do Paraná, alguns nem moram no Brasil. Retomar, retomar políticas públicas, de valorização das políticas públicas, de valorização aos nossos aposentados e aposentadas, que foi com o Requião que conquistamos o direito de nossos aposentados não pagarem a previdência, mas foi retirado esse direito. Hoje um policial aposentado, um policial da reserva paga previdência do salário inteiro, teve uma redução de R\$ 600,00 por mês. E os civis aposentados também pagam previdência do salário, acima de três salários mínimos quando aposentados. Ora, no Governo Requião era isento 100%, o aposentado e a aposentada não pagavam previdência, e o Fundo de Previdência ia muito bem, obrigado. Atacaram o Fundo de Previdência no dia 29 de abril de 2015. Ora, precisa voltar Requião para recuperar o nosso Fundo de Previdência, para devolver ao servidor público o dinheiro tirado todo mês do Fundo de Previdência. Isso é um absurdo. Cuidar bem da Previdência é cuidar do futuro do povo do Paraná. Então, por isso estamos muito animados com a decisão do Requião de se filiar ao nosso Partido... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Professor Lemos, para concluir.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Para concluir, Sr. Presidente. Então, estamos muito animados. Quero aqui dar mais uma vez boas-vindas ao Requião ao nosso Partido, como pré-candidato a Governador do Paraná que é, e chamar todos os paranaenses e as paranaenses para construirmos, então, com Requião, um bom projeto para o voltar o Paraná voltar a crescer, se desenvolver, para a população voltar a ser feliz. E também estará conosco aqui presente o Ex-Presidente Lula, que também queremos que ele volte a Governar o Brasil para que possamos voltar a ser felizes como antes.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Registrarmos a presença nesta Casa do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, Sr. Marcio Rauber; dos Vereadores Pedro Rauber, Neco Kist e Valdecir Schons; do Secretário Administrativo Anderson Loffe; e do Diretor da Câmara, Igomar Smith, por solicitação dos Deputados Hussein Bakri e Elio Rusch. Obrigado pela presença. Passamos ao horário das Lideranças. Liderança do PT, com a palavra o Deputado Tadeu Veneri.

HORÁRIO DAS LIDERANÇAS: Usaram da palavra os Sr.^s Deputados: Tadeu Veneri (PT); Hussein Bakri (Governo); e Arilson Chiorato (Oposição).

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados e Sr.^{as} Deputadas. Venho nesta quarta-feira para fazer uma prestação de contas a uma solicitação que fizemos na CCJ nessas semanas anteriores, Sr. Presidente, para três projetos que apresentamos. Projetos, dois deles estão com vista para o Deputado Pacheco e o Deputado Homero, um deles com o Deputado Homero, um diz respeito a um Projeto de Lei que apresentamos aqui para que o dia 14 de março seja declarado o *Dia de Combate à Violência Política*. O Brasil caminha para que tenhamos uma das eleições, talvez, mais difíceis de todos os tempos, justamente por esse acirramento e esta onda de ódio que foi desencadeada a partir das eleições de 2018. Já sabíamos que as coisas iriam acontecer com uma

virulência muito grande, mas elas caminham, Sr. Presidente, a cada dia com um acirramento maior. Então, o Projeto que apresentamos, justamente no dia em que a Vereadora Marielle Franco e o seu motorista Anderson foram mortos no Rio de Janeiro, que até hoje ninguém sabe quem mandou matar, fala-se que tem dois suspeitos que estão presos, mas dizem que não são responsáveis. Já falei sobre isso aqui no dia 14. Então, apresentamos um Projeto e estamos aguardando para que na terça-feira o Presidente Nelson Justus possa pôr em pauta e possamos votá-lo. O outro é um Projeto que apresentamos e fizemos uma Audiência Pública ontem, contamos com a participação de várias pessoas aqui de Curitiba, principalmente mulheres do Estado do Paraná também e de fora do Paraná, da Bahia e do Ceará. Trata-se de um Projeto de Lei que prevê campanhas que sejam feitas pelos clubes, tanto de futebol como das demais modalidades esportivas, tanto pela Federação de Futebol do Paraná como as demais Federações, para que tenhamos um processo de incentivo às relações civilizadas dentro dos estádios no que diz respeito à participação de mulheres, crianças e a comunidade LGBT. E o que foi surpresa para nós, Sr. Presidente e Deputado Hussein, o senhor que é Líder do Governo e certamente também participou do debate, o que foi surpresa para nós foi o relato das mulheres das torcidas organizadas, de várias torcidas organizadas, torcidas daqui de Curitiba, dos três times de Curitiba, de Londrina, Maringá, aliás, de Cascavel. São mulheres que têm uma, todas elas têm uma queixa comum, vão aos estádios, dependendo da roupa que usem são agredidas verbalmente, muitas vezes são agredidas inclusive fisicamente quando vão às lanchonetes de determinados clubes para fazer, aquilo que se faz em todos os intervalos, buscar sanduíche, um pão, um refrigerante. Não há banheiro suficiente. E uma reclamação que me pareceu bastante simples de ser resolvida nesta Audiência é que as mulheres precisam ter policiais mulheres para fazer a revista, porque muitas vezes não há policiais mulheres para fazer revistas em mulheres. E já aconteceu, até ontem me falaram que um dos estádios aqui de Curitiba não acontece isso, que é um grande estádio. Até brinquei que com exceção daquele, todos os demais têm esses problemas. E não tendo essa relação, ficam policiais masculinos para fazer revistas em mulheres, o que é

altamente desagradável, além de não termos mulheres também na proteção de outras mulheres dentro do estádio. Então, a Audiência Pública foi muito proveitosa, Sr. Presidente, porque ela demonstrou que precisamos avançar muito para que tenhamos mulheres, crianças e pessoas que vão de fato porque gostam, não só de futebol, gostam de vôlei, gostam de basquete, gostam de outros esportes, e que são muitas vezes, como falei, agredidas por serem mulheres, ou no caso, que também foi relatado pela comunidade LGBT, por ser LGBT. Espero que possamos aprovar esse Projeto na semana que vem na CCJ, fazer, se necessário, outras audiências, trazê-lo ao Plenário, aprová-lo, como já foi aprovado, e falei inclusive aos Deputados aqui, esse Projeto surgiu de uma discussão que fizemos com a torcida do Vasco, a torcida organizada do Vasco da Gama. E a partir do Rio de Janeiro, Deputado Romanelli, as mulheres do Rio de Janeiro começaram a organizar campanhas de respeito a mulheres e crianças que vão a estádios. Apresentamos o Projeto originalmente aqui, ele foi, felizmente, copiado, apresentado no Pará, já foi aprovado, já é lei no Pará, já é lei no Ceará, e aqui no Paraná precisamos fazer isso também, porque se aprofundarmos o debate vamos ver o quanto as mulheres são agredidas dentro dos estádios, só não são mais porque ou vão com homens aos estádios, ou quando vão entre mulheres, com raras exceções, acabam ficando em grupos justamente nas áreas de torcidas que são aquelas áreas que são destinadas às vezes a pais e filhos, como tínhamos no Pinheirão, que é uma coisa que não deveria ter, porque afinal pais e filhos deveriam estar em todos os lugares do estádio e não apenas em um local específico, mas acredito que esse é um debate que faremos com muita tranquilidade. Falei ontem ao Deputado Pacheco, que está chegando aqui, que pediu vista, que está apresentando inclusive um substitutivo, que vamos fazer esse debate. E outro debate, Sr. Presidente, que queremos fazer também, e este peço que tenhamos uma atenção especial a ele, falei com o Líder do Governo também, é aquele que prevê que tenhamos câmeras de vídeos nos carros das Polícia Civil, Militar e também agora da Polícia Penal, e também câmeras de vídeos nos uniformes. O Delegado Jacovós, que é o Relator, entrou em contato conosco, deu parecer favorável, mas fez um substitutivo. Entende o Delegado

Jacovós que podemos ter essas câmeras corporais nos uniformes daqueles grupos que são os grupos de elite da Polícia Civil, da Polícia Militar. Acredito que está aberto o debate, Sr. Presidente. O que não dá é para não termos esse dispositivo. Por que digo que não dá? São Paulo implantou esse dispositivo, reduziu em 85% a letalidade policial. Santa Catarina já implantou, Deputado Gugu, já implantou câmeras nos uniformes e nos veículos, e reduziu em mais de 70% a letalidade policial. Ceará implantou. O Rio de Janeiro foi determinado, inclusive depois das chacinas ocorridas no Rio de Janeiro por parte da polícia, foi determinado pelo Ministério Público que em 60 dias, isso já faz uns 15 dias, em 60 dias o Rio disponibilize 60 mil câmeras corporais para serem usadas pelos policiais. Isso resolve a violência policial? Obviamente que não, mas reduz e protege o bom policial. É um tema muito delicado, Sr. Presidente, porque quando falamos, Deputado Lemos, V.Ex.^a que também, muitas vezes, tem pautas voltadas aos policiais civis e militares, assim como tem o Deputado Pacheco ou como tem outros Deputados aqui, quando falamos em violência policial, as pessoas automaticamente se levantam achando que isso significa criticar o bom policial. Não, ao contrário, a câmera de vídeo nos automóveis das polícias, a câmera de vídeo corporal nos policiais, protege o bom policial, protege aquele que corretamente faz o exercício da sua profissão da forma como prevê a Lei. Não protege aquele que porventura esteja fazendo algo que seja irregular, e sabemos que em todas as profissões há esse tipo de comportamento. Não é segredo para ninguém o envolvimento de todos os segmentos, mas neste caso específico estou falando de policiais, envolvidos com tráfico. Não é segredo para ninguém o envolvimento de policiais em grupos de extermínio. Não é segredo para ninguém policiais envolvidos em chantagens feitas com empresários, feitas com outras pessoas. Por isso, Deputado Pacheco, o senhor que é da polícia, foi da Polícia Federal, foi da Polícia Militar, trazemos esta situação de câmera de vídeo, ainda que em alguns grupos da Polícia Civil e Militar, corporal, como quer o Deputado Relator Deputado Jacovós, e nos veículos das Polícias Civil, Militar e também da Polícia Penal, é um avanço civilizacional. Tivemos, nas últimas semanas, cerca de 15 pessoas que foram mortas pela polícia só aqui em Curitiba e Região

Metropolitana. E não entro no mérito, porque não é correto, de como isso aconteceu, mas há sempre versões diferentes. Na Lapa, foram cinco mortos. A alegação pública é que estavam se organizando para matar uma pessoa de uma determinada facção, e a polícia entrou em uma casa, matou quatro e, depois, mais um que fugiu foi morto na plantação de soja. Entre esses quatro que estavam mortos, Deputado Hussein, um deles, segundo a sua mãe, era um menino de 14 anos que foi entregar um carregador de celular na casa. Na casa havia armas, é verdade, e foi entregar um carregador de celular. Quando viu a polícia, entrou embaixo da pia e foi morto embaixo da pia, com 14 anos. A versão que é dada pela polícia é que houve resistência. A versão que é dada pelos pais é que foi execução. Se tivéssemos a polícia com a câmera... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Tadeu, um minuto para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Se já tivéssemos os policiais com câmeras corporais, certamente não teríamos essa discussão se a polícia entrou de forma errada ou se as pessoas reagiram, porque tenho contato, por exemplo, com o Presidente do Sindicato da Polícia Civil aqui, e ele sempre me afirma o seguinte: *Sempre que vou a uma operação uso câmera corporal. Por quê? Porque isso me protege, isso faz com que qualquer que seja a dúvida, tenho gravado e tenho como comprovar aquilo que estou falando.* É isso que queremos. A Comissão de Direitos Humanos vai se empenhar muito. Já temos apoio de várias Comissões do Brasil inteiro, aqui da OAB, de grupos que pretendem fazer exatamente isso, que aqueles policiais que cumprem a sua função corretamente sejam sempre vistos de forma correta, e aqueles que não o fazem sejam punidos por não fazê-lo. Por isso, queremos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Por favor, para concluir.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Obrigado, Sr. Presidente! Por isso, faço um apelo a todos os Deputados da CCJ que, semana que vem, possamos aprovar esse Projeto. Estamos há três anos aguardando que ele seja aprovado e trazê-lo

para que o Governador Ratinho possa sancioná-lo e fazermos, ainda este ano, o uso de câmeras corporais, como faz São Paulo, como faz o Estado de Santa Catarina e outros Estados do Brasil. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Passamos ao horário da Liderança do Governo. Com a palavra o Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, caros colegas, autoridades que nos visitam no dia de hoje. Em primeiro lugar, quero destacar o papel relevante desta Casa, principalmente durante o processo que convivemos com a Covid. Tivemos a coragem necessária de tomar as medidas necessárias na hora certa, e estamos tendo coragem necessária para tomar novamente as medidas necessárias na hora certa. E quero ressaltar esse espírito de colaboração da Casa quando eclodiram por todo o Paraná os primeiros casos de Covid. Esta Casa não se furtou em momento nenhum de comparecer do ponto de vista financeiro, aportar recursos para o Estado, que precisava dessa parceria para a contratação de leitos emergenciais de UTI. Lembro-me como se fosse hoje, que fui acometido pela Covid já nos primeiros meses, fui o primeiro desta Casa aqui, estreei aqui com o caso de Covid, fui o primeiro caso aqui desta Casa, eu e todo meu gabinete. Lembro-me como se fosse hoje das incertezas, fechado no meu apartamento aqui em Curitiba, sozinho, não é, com aqueles sintomas que você não sabe onde vai terminar. E esta Casa aqui tenho muito orgulho de fazer parte, independentemente se é de Situação, de Oposição, de nada, todo mundo deu as mãos e trabalhou. E chegamos, agora, Sr. Presidente e plateia que nos assiste aqui, que peço a atenção, chegamos a um momento importante agora. Fizemos o Projeto das máscaras por meio de um brilhante Projeto do Deputado Romanelli, foi muito importante mesmo, serviu. Só que hoje estamos vivendo outro momento que não é compatível. Todo mundo entende que esse novo momento deve acontecer, que é a liberação do uso de máscara. Inclusive quero citar aqui a presença do Prefeito de Marechal Cândido Rondon, que foi uma das primeiras cidades, está aqui. Levanta aí, Prefeito, Marcio Rauber, que tomou essa decisão. Está aqui o Prefeito. E gostaria de dizer a vocês – e parabéns, não é, Prefeito –

que estamos na iminência de votar logo mais esse Projeto que libera, revoga essa Lei. E agradeço a concordância do autor, Deputado Romanelli, com o espírito público fantástico como sempre, que é importante. Este é o momento importante de fazer essa liberação. E, em determinado momento, chegamos a um hiato aí da discussão, qual seja: se teríamos um lapso temporal entre a aprovação do Projeto aqui e a edição de um Decreto. Não posso... Como é que vou provar para vocês isso. É abstrato o que estou falando. Posso garantir, com toda a credibilidade que construí nesses três anos de Líder do Governo, nunca precisei mentir para ninguém aqui dentro, que tão logo tenhamos aqui a aprovação do Projeto, ele será enviado ao Governador, o Governador vai sancionar por óbvio, sancionando já estará pronto um Decreto e, imediatamente, para que possamos ter já esse Decreto regendo essas questões relacionadas a esse novo momento. Podem ficar seguros. Inclusive, nesse sentido, estou pedindo a aprovação de um Requerimento da Oposição, que inclusive dá prazo de 48 horas, vamos aprovar hoje, porque ele vai ao encontro exatamente daquilo que vai acontecer. Portanto, vamos pedir a aprovação desse Requerimento, sem problema nenhum, hoje ainda, porque ele é importante esse Requerimento, ele fala principalmente da preocupação em relação a essa questão do lapso temporal. E quero também parabenizar todos os colegas que têm se manifestado sobre esse assunto. Sei que tem aí uma atuação forte de todos eles, mas Deputado Marcio Pacheco, Deputado Homero Marchese, reconhecidamente um dos grandes estudiosos desta Casa aqui, que contribuiu de sobremaneira na construção dessa Resolução. Parabéns, Deputado! Muito obrigado! Temos aqui também a contribuição da Deputada Maria Victória, enfim, todos estão contribuindo, mas o que queremos neste momento é que possamos aprovar no dia de hoje, finalizar esse processo no dia de hoje, para que possamos já ter a eficácia dessa Lei amanhã, já com a edição por parte do Governo do Estado desse novo Decreto. Quero agradecer a colaboração de todos. Esta Casa dá grande contribuição ao Estado do Paraná. Quero garantir ao Deputado Presidente do PT, colega Arilson, falei ontem com o Secretário Ortega, falei ontem com o Secretário Marinho, eles entrarão em contato com V.Ex.^a no sentido de que institucionalmente seja dada toda a segurança ao

evento que o Ex-Presidente Lula estará no Paraná. A Polícia Militar do Paraná não irá se furtar, em momento nenhum, até porque é uma obrigação do Estado oferecer essa segurança. O senhor pode contar. O senhor será contatado e todos os detalhes que o senhor passar, por óbvio, serão importantes para que seja feita uma segurança adequada para esse evento da sexta-feira. Está certo? Só quero também, neste momento, reportar-me aqui e dizer que ontem o Governador esteve em São Paulo e todos sabem que o nosso Porto de Paranaguá foi escolhido como o melhor Porto do Brasil. Ontem, tivemos em São Paulo a 26.^a edição da Intermodal, esse evento importante em que foram apresentados os potenciais do nosso Porto de Paranaguá. Quero comunicar aos colegas que a Paraná Esportes está sendo objeto de uma reestruturação, alguns ajustes de cargos, mas, principalmente, o objetivo principal, meu querido Vice-Líder, Gugu Bueno, é a permissão de que a autarquia formalize parcerias com entes públicos ou privados, além de receber patrocínio, prestem atenção, para a execução da Política Estadual de Esportes. Esse talvez seja o principal objetivo desse Projeto, ampliação dos recursos de incentivo fiscal destinados ao esporte, em especial ao Programa Estadual de Fomento e Incentivo ao Esporte. Estou muito feliz com a movimentação na orla de Matinhos. Parece um sonho que não acreditava acontecer. A movimentação já é de tubos, as empresas já estão trabalhando e teremos a orla do Paraná com a cara de Camboriú. Sabemos disso. Precisamos de infraestrutura no Estado do Paraná para poder competir com as praias de Santa Catarina. E quero dizer para vocês: a determinação do Governador Ratinho Junior é tão forte, que acredito, se não neste mandato, se Deus quiser no próximo dele, confio e respeito aqueles que não acreditam, na Ponte de Guaratuba. Confio e acredito. O Governador é um homem organizado, um homem que sempre trabalha com projetos, e no Paraná as coisas estão acontecendo ao seu tempo, tudo. Conseguimos, no final do ano, votar um Projeto importante para o magistério do Estado do Paraná. Agora, estamos trabalhando com as polícias. E tenho certeza, faço parte desta Comissão e outros colegas, e tenho certeza, Deputado Nelson, de que dentro de pouco tempo, no máximo semana que vem, estaremos recebendo aqui um Projeto que vai tratar da reestruturação do subsídio dos

policiais militares e dos policiais civis. Deputado Nelson, não tinha visto que o senhor tinha... Por favor, o aparte.

Deputado Nelson Luersen (PDT): Deputado Hussein, quero parabenizar V.Ex.^a pelas colocações, dizer que essa Lei que estamos revogando do uso obrigatório da máscara é importante. Claro, vai caber ao Secretário da Saúde, com as Secretarias Municipais da Saúde, com a Vigilância Sanitária, tomar as medidas cabíveis caso tenhamos aumento na transmissão, aumento nos óbitos, mas acho que é importante dar essa liberdade à população, principalmente a população que está ao ar livre, a população que está nas escolas, para que possamos dar uma demonstração de que estamos voltando à normalidade neste momento de crise que enfrentamos, ou seja, a Guerra na Ucrânia, a estiagem que prejudicou muito o Estado do Paraná. E fico feliz de ouvir V.Ex.^a dizer que o Governo está tratando com carinho a questão dos policiais militares, dos servidores públicos, que sem dúvida nenhuma merecem, sim, a reposição, merecem ganhar mais. Sabemos que o Governo tem limite prudencial para ser respeitado. Se tivéssemos caixa suficiente, com certeza o Governador já teria feito essa reposição, mas acho que essa discussão que passa por esta Casa, que passa pelo Governo do Estado, pelas entidades, pelas categorias, é importante para resolvemos esse imbróglio o quanto antes e dar mais tranquilidade à nossa polícia, a todo setor de segurança do Estado do Paraná. Parabéns pelas colocações! Conte conosco e parabéns ao Governo Ratinho Junior pelas medidas que vem tomando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito obrigado, Deputado Nelson, sempre contei com V.Ex.^a. Deputado Elio, quer? Dá um tempinho ainda.

Deputado Elio Rusch (DEM): Quero parabenizar V.Ex.^a pelo pronunciamento e quero me associar principalmente na segunda fala, quando V.Ex.^a fez referência à engorda das praias do Paraná. Uma das praias mais lindas e mais limpas que temos no Sul do Brasil, sem sombra de dúvidas, são do Paraná, mas falta a infraestrutura, e o Governador Ratinho, com a equipe dele, com os Secretários, e

liderado pelo Secretário Marcio Nunes, que é nosso colega aqui da Assembleia...
(É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Hussein, para concluir.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Som para o orador.

Deputado Elio Rusch (DEM): O Secretário Marcio Nunes, que é nosso colega aqui na Assembleia Legislativa, tem encampado esse Projeto, fazendo com que o Paraná possa receber também a engorda, e dessa feita aumentar a praia em aproximadamente 70 a 80 metros de areia, e com toda a infraestrutura. Por isso, quero parabenizar o Secretário Marcio Nunes, mas, principalmente, o nosso Governador Ratinho Junior.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Só quero finalizar agradecendo a colaboração de todos e fazer uma nova referência ao Prefeito Marcio Rauber. Romanelli, ele se reelegeu com cerca de 80% na cidade de Marechal Cândido Rondon. É uma referência para todos os Prefeitos, uma administração séria, competente e de muitos resultados. Deixo aqui o meu abraço a toda a administração e aos Vereadores de Marechal Cândido Rondon. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Senhores Deputados e Deputadas, registrar aqui que hoje é aniversário da nossa querida Deputada Cristina Silvestri, nossa colega de partido. Parabéns! Vida longa à Deputada Cristina! Passamos ao horário da Liderança da Oposição. Com a palavra o Deputado Arilson Chiorato.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente Tercílio, Deputados e Deputadas. Coincidências acontecem, muitos acham que não existem e, hoje, fui pego por uma coincidência, se é assim que posso colocar. Esta Casa vota hoje o Projeto que extingue a Lei que existe no Estado sobre o uso de máscara, e me deparo com noticiários nacionais hoje. G1, matéria postada às 5 horas da manhã:

“Altas de Covid em países da Europa e da Ásia vira alerta de que a pandemia não acabou. Entenda...”. Vou falar sobre essas matérias. UOL: “Mutação da Ômicron avança na Europa e cientistas temem alta no Brasil.” Ambas as matérias trazem preocupação com o que está para acontecer daqui a pouco nesta Casa. A primeira matéria fala que especialistas comprovam que o aumento de casos é resultado da conjunção de fatores, que inclui a estagnação da cobertura vacinal, flexibilização sanitária e mudança comportamental. Países, Deputado Tercílio, V.Ex.^a que é um especialista em saúde, como o Reino Unido, Áustria, Holanda, Grécia, Alemanha, Suíça e Itália, registram aumento na última semana absurdo dos números. Apontado pela Universidade Johns Hopkins, que faz rastreamento da pandemia do coronavírus. Só na Alemanha, o número de casos diários passou de 67 mil para 237 mil. A Alemanha tem agora a maior incidência de coronavírus na Europa, uma tendência de alta, várias mortes. As pessoas não vacinadas devem ser vacinadas com urgência, afirma o Ministro da Saúde alemão. Quais as principais explicações para o aumento desses indicadores? Além das pessoas não vacinadas, está aqui que outros motivos são comportamentais. Expedito Luna, que é um especialista em epidemiologia da USP, coloca que temos certa fadiga, um cansaço das medidas de distanciamento social e o uso de máscara, tanto por parte das pessoas quanto por parte dos governos. Além disso, ele coloca que a vacinação avançou, mas ainda precisa ser continuado em campanha. Na Europa, pelo menos 75% da população da União Europeia tomou a primeira dose, 72 a segunda dose, mas o percentual que chega à terceira dose não completa 52. Coloca-se, ainda, também pelo Anderson Fernandes de Brito, que é pesquisador e virologista do Instituto Todos pela Saúde: “Frente à variante Ômicron e suas sublinhagens, as doses de reforço são essenciais. Perdemos a imunidade ao longo dos meses, e reforçar nossas defesas é essencial.” Brito, assim como Luna, explica que a flexibilização do uso de máscara é um fator que aumenta as chances de transmissão viral e surtos de Covid. E ele coloca aqui a questão das duas sublinhagens: a BA.1 e a BA.2. “Ela tem vantagens competitivas frente a outras variantes, e é bastante transmissível, fator que, em conjunto com a inadequada cobertura vacinal somada à flexibilização de ambas com o clima frio

de inverno, pode explicar o cenário atual na Europa. A subvariante furtiva, como também é chamada por ter mutações, é responsável por 48% das infecções na Alemanha." Esse estudo inclusive ainda não foi revisado por pares, que é a prática científica, mas indica o que pode acontecer no Brasil. Esse cenário epidemiológico europeu tem que estar sob os nossos olhos, aqui para o Paraná, inclusive. Não é ao acaso que essas coisas acontecem. Tomara que seja só uma oscilação, mas temos um risco muito grande de que aconteça esse mesmo cenário aqui. O Chile, nosso vizinho, já está assim praticamente. É o que aponta também outro pesquisador colocado na matéria.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Deputado Arilson, na sequência, V.Ex.^a me dá um pequeno aparte?

DEPUTADO ARILSO CHIORATO (PT): Claro. Controlar a transmissão do vírus com medidas farmacológicas, ampliando a cobertura vacinal e não farmacológicas, como é o uso de máscara, é essencial para garantir a segurança de todos, mas, principalmente, daqueles grupos mais sensíveis: os idosos e pessoas que têm doenças, comorbidades e mais ainda, pessoas que, por doença, não podem tomar a vacina. O uso da máscara é apontado como essencial para isso. Já te passo a palavra, Deputado Romanelli. O outro texto da UOL vai no mesmo sentido e fala que a tendência para o Brasil é muito similar. Então, a nossa preocupação enquanto Oposição é que, de fato, se concretize a fala do Deputado Hussein Bakri. Aliás, quero agradecer a antecipação do voto do Governo no pedido de informações da Oposição, porque se isso não ocorrer da forma que é devida, esta Casa estará jogando fora todo protagonismo que teve no combate à Covid ao instalar medidas protetivas, como o uso de máscara. Deputado Romanelli.

Deputado Luiz Claudio Romanelli (PSB): Penso que seu pronunciamento é muito pautado pelo bom senso, pela responsabilidade e, ao mesmo tempo, dos alertas que surgem, com uma nova variante que, aliás, muitos cientistas diziam que não era possível novamente ter uma variante mais grave ainda dessa outra.

Mas, enfim, há evidentes números de crescimento na Europa, na Ásia. Mas o que queria dizer a V.Ex.^a é o seguinte: quando esta Casa aqui encontrou uma solução jurídica que foi de revogar a lei, na verdade o Governador do Estado, por conta da Lei Federal n.^º 13.979, tem autoridade para poder editar um decreto, com base, naturalmente, no que o Comitê Científico da Sesa vai recomendar, para continuar adotando medidas de combate à pandemia, no caso do uso da máscara, que é uma medida não farmacológica. E o Governo, claro, vai editar um decreto, provavelmente, vai liberar o uso da máscara em ambientes ao ar livre, mas manterá a restrição em ambientes de uso coletivo, ambientes fechados. Nesta Casa aqui continuaremos utilizando máscara, neste Plenário, e em todas outras dependências da Assembleia Legislativa, enquanto for necessário. Obviamente estamos fazendo adequação na legislação. Por isso quero dizer o seguinte: não estamos dando um cheque em branco revogando a lei e pondo por terra tudo que fizemos. Mas tudo que fizemos, inclusive a lei, foi em parceria com o Governo do Estado, com a Secretaria da Saúde e, da mesma forma, esse diálogo que está sendo feito, sabemos exatamente o que vai acontecer. Vossa Excelência sabe disso. Então, temos assim, o Governo vai agir tecnicamente, até por esse é um tema que não é de debate ideológico, nem político, é um tema que envolve saúde pública. Penso que é muito ponderada a sua fala, mas, por outro lado, é necessário reconhecer, de acordo com cada semana, a situação. E, obviamente, o Governo saberá tomar as medidas necessárias, mesmo que impopulares, mas tem que tomar para poder manter a pandemia sob controle no Estado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Deputado Romanelli, esta Oposição sempre seguiu a Ciência. Sempre seguiu e prudência. Desde o começo, sempre indicamos que a autoridade sanitária é maior no Estado, que a Secretaria de Saúde, ela é responsável por indicar as medidas necessárias. Votamos pelo uso das máscaras, porque a Secretaria não se pronunciou. Fez esta Casa uma lei. O que estamos colocando, e o medo nosso? É que esse decreto ou demore e tenha um interstício de tempo, coisa que o Líder fala que não vai ocorrer, ou ainda que ele não ocorra. Para isso protocolizamos um requerimento e quero pedir o voto de todos os Deputados. Esse requerimento solicita edição de normas para

regulamentar o uso de máscara antes da revogação total da Lei n.º 20.189. A edição de decreto ou instrumento normativo para regular o uso da máscara na prevenção da contaminação da Covid, no prazo máximo de 48 horas após o recebimento deste requerimento, ou antes mesmo da revogação desse dispositivo. Salienta-se que essas providências de natureza preventiva para que a autoridade sanitária exerça o seu pleno poder de regular, conferido pelo art. 90 da Constituição Estadual, para que não haja um vácuo normativo entre a revogação da lei e a instituição de normas por decreto. É fundamental que a Secretaria seja implacável no exercício de suas funções e que não se amedronte a debates ideológicos ou a pressões de grupos minoritários, mas, às vezes, muito incomodativos nas redes sociais. A vida do povo paranaense... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Deputado Arilson, para concluir.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A vida do povo paranaense está em jogo. Por isso, é necessário o conhecimento amplo da sociedade, que não se trata do fim do uso da máscara no Paraná, que, sim, passará o Estado a regular a matéria, e esta Oposição vai estar fiscalizando e cobrando, porque, Deputados e Deputadas, não existe coincidência. Enquanto o Brasil tem números que se voltam, praticamente, ao ritmo de queda, países na Europa enfrentam alta violenta, por conta de novas subvariantes a BA.1 e a BA.2. Para se ter uma ideia, aqui no Brasil já foi encontrado, Deputado Romanelli, a BA.2 em São Paulo, Rio, Goiás e Santa Catarina, de acordo com a Fiocruz. E isso que não temos as informações do Governo Federal, que vira as costas para a pandemia, não trata do jeito que tem que tratar. Esse Ministério da Saúde... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Para concluir, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): ... que envergonha o povo brasileiro. Obrigado, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Esta Presidência gostaria de registrar a presença nesta Casa dos Vereadores de Goioerê, Sr. Patrick Pelo e Helton Maia, por solicitação do Deputado Jonas Guimarães. Sejam sempre bem-vindos. Passamos à Ordem do Dia.

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adelino Ribeiro (PATRI), Ademar Traiano (PSDB), Alexandre Amaro (Republicanos), Alexandre Curi (PSB), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSB), Bazana (PV), Boca Aberta Junior (PROS), Cantora Mara Lima (PSC), Cobra Repórter (PSD) Coronel Lee (PSL), Cristina Silvestri (CDN), Delegado Fernando Martins (PSL), Delegado Jacovós (PL), Douglas Fabrício (CDN), Dr. Batista (DEM), Elio Rusch (DEM), Evandro Araújo (PSC), Francisco Bührer (PSD), Galo (PODE), Gilberto Ribeiro (PP), Gilson de Souza (PSC), Goura (PDT), Gugu Bueno (PL), Guto Silva (PSD), Homero Marchese (PROS), Hussein Bakri (PSD), Jonas Guimarães (PSB), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Carlos Martins (PP), Luiz Claudio Romanelli (PSB), Luiz Fernando Guerra (PSL), Mabel Canto (PSC), Marcio Pacheco (PDT), Maria Victória (PP), Mauro Moraes (PSD), Michele Caputo (PSDB), Nelson Luersen (PDT), Nelson Justus (DEM), Nereu Moura (MDB), Paulo Litro (PSDB), Plauto Miró (DEM), Professor Lemos (PT), Reichembach (PSC), Requião Filho (MDB), Ricardo Arruda (PSL), Rodrigo Estacho (PV), Soldado Adriano José (PV), Soldado Fruet (PROS), Tadeu Veneri (PT), Tercílio Turini (CDN), Tiago Amaral (PSB) e Tião Medeiros (PTB) (54 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoioamento.

Projetos de Lei: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 82/2022**, dos Deputados Hussein Bakri e Luiz Claudio Romanelli, que altera a Lei n.º 20333, de 28 de

setembro de 2020, que suspende os prazos de validade dos Concursos Públicos já homologados durante o período de vigência de calamidade pública no Estado do Paraná, em decorrência da pandemia do coronavírus Sars-CoV-2.

Projetos de Lei Complementar: (Com apoioamento e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.^o 1/2022**, dos Deputados Reichembach, Paulo Litro e Evandro Araújo, Soldado Adriano José, Bazana, Adelino Ribeiro, que altera a redação do art. 7.^º *caput* da Lei Complementar n.^º 130, de 14 de julho de 2010, que regulamentou o Programa de Desenvolvimento Educacional – PDE no âmbito da Secretaria de Estado da Educação e do Esporte.

Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. Apoiados.

Passamos aos Itens da pauta.

Senhores Deputados e Deputadas, temos duas Redações Finais. Vamos fazer votação simbólica.

ITEM 1 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 497/2020, de autoria do Deputado Coronel Lee, que concede o Título de Utilidade Pública à Associação Kazuco Akamine, com sede no município de Campina Grande do Sul.

ITEM 2 – Redação Final do Projeto de Lei n.^º 717/2021, de autoria dos Deputados Tercílio Turini e Luiz Claudio Romanelli, que concede o Título de Cidadão Honorário ao Senhor Carlos Alberto Garcia.

Em discussão. Em votação. Deputados favoráveis permaneçam como estão.

Aprovadas as duas Redações Finais.

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 421/2019, de autoria do Deputado Luiz Claudio Romanelli, que institui o Dia Estadual de Conscientização ao Planejamento Familiar, a ser realizado anualmente em 8 de dezembro. Pareceres

favoráveis da CJJ e Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): De extrema importância este dia, o tema. O nosso voto é “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): O voto da Oposição é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando ainda os votos dos Deputados Delegado Jacovós, Gilson de Souza e Marcio Pacheco. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (47 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Gilson de Souza, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda e Tercílio Turini (7 Deputados).]** Com 47 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 421/2019.**

ITEM 4 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 101/2021, de autoria do Deputado Anibelli Neto, que institui o Dia Estadual do Agente Funerário, a ser celebrado anualmente no dia 17 de março. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Com a palavra o Deputado Anibelli.

DEPUTADO ANIBELLI NETO (MDB): Obrigado, Presidente Tercílio. Senhoras e Sr.^s Parlamentares, a presente proposição tem como objetivo instituir o *Dia Estadual do Agente Funerário*, dando visibilidade e reconhecendo a importância da profissão em nossa sociedade. O profissional é responsável por atividades que vão desde a remoção e preparação até o sepultamento de cadáveres, principalmente no que se refere a liberar óbitos em órgãos hospitalares e IMLs, preparar, organizar e executar funerais, fazer o translado, providenciar o registro de óbitos e demais documentos necessários e conduzir o ceremonial de despedida. Quero aqui dizer o porquê que apresentamos esse Projeto. Porque estamos nessa luta dentro deste mandato com várias bandeiras em favor dos agentes funerários. A data foi escolhida pelo fato de, no dia 17 de março, amanhã, ser celebrado o *Dia de São José de Arimateia*, um homem piedoso, que teve o cuidado de dispor do corpo de Jesus e dar a ele um digno enterro. Quero aqui lembrar que já temos atuado algum tempo em favor dos profissionais do serviço funerário, sendo que ainda, no ano de 2019, tivemos notícias de casos que estavam ocorrendo no município de Curitiba, onde a legislação municipal passou a exigir, para transporte de cadáveres em óbito ocorrido em seu território, a comprovação da residência do falecido em outro município, colocando condições burocráticas desnecessárias às famílias enlutadas. Tal fato nos levou a apresentar o Projeto de Lei n.^º 697/19 que, após uma longa discussão com representantes do setor, deu ensejo à Lei n.^º 20.629/21, que garante a liberação do transporte dos corpos bastando a simples declaração de vontade de familiares ficando vedada a exigência de documentação não prevista na legislação federal ou estadual, desde que feita por funerária devidamente registrada em normal funcionamento dentro do nosso Estado. Também fomos procurados, no início de 2020, por representantes de funerárias que nos trouxeram os problemas enfrentados por eles em razão de uma nova alteração na legislação no município de Curitiba, que determinou que nos casos de óbitos que ocorressem em Curitiba e o velório e o sepultamento fossem se dar em localidade diversa, o usuário poderia apenas

utilizar empresa funerária localizada em Curitiba ou no local de residência do falecido, restringido, novamente, a liberação dos corpos e a livre escolha dos familiares em relação à empresa prestadora de serviço. Em conjunto com diversos Deputados desta Casa, ingressamos com uma Adin no Tribunal de Justiça e a publicação no dia 19 de maio de 2021, sendo que a ação teve seu trânsito em julgado ocorrido no último dia 10 de março. Foram duas ocasiões, Sr.^{as} e Sr.^s Parlamentares, em que lutamos pela livre concorrência para as empresas do setor. E hoje, em contato com os agentes funerários, já vemos seus resultados práticos, ou seja, as pequenas e médias funerárias estão tendo condição melhor de trabalho. E, por isso, que encaminhamos esse Projeto. Já falamos com a assessoria da Liderança do Governo, com o Governo do Estado para que amanhã, no dia 17 de março, *Dia do Agente Funerário*, se Deus abençoar, que possamos ter a sanção do Governador, para que tenhamos mais um motivo para comemorar e valorizar esses grandes profissionais que fazem um trabalho, independentemente do dia, independentemente da hora e merecem, sim, ter o reconhecimento pelo Poder Legislativo. Por isso, peço o voto “sim” aos Sr.^s Parlamentares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Continua em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Faço minhas as palavras do Deputado Anibelli e peço voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Estamos aguardando os votos dos Deputados Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Ricardo Arruda e Tadeu. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza,**

Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Pluto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); Não Votaram: Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 101/2021.

ITEM 5 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 288/2021, de autoria do Poder Executivo, que altera a Lei n.º 20431, de 15 de dezembro de 2020, que dispõe sobre as diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária do exercício financeiro de 2021. Parecer favorável da Comissão de Orçamento. Emenda de Plenário com parecer contrário da CCJ. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Aguardamos os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Delegado Fernando, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Marcio Pacheco e Ricardo Arruda.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): Senhor Presidente, meu voto é “sim”. Estou tentando votar aqui e a senha não está correspondendo, mas meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Vamos registrar o voto “sim” de Vossa Excelência, Deputado. Votação encerrada: [**Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Ademar Traiano, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter,

Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); Abstenção: Galo (1 abstenção); Não Votaram: Alexandre Curi, Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo, Ricardo Arruda, Tadeu Veneri e Tercílio Turini (8 Deputados).] Com 45 votos favoráveis e 1 abstenção, está aprovado o Projeto de Lei n.º 288/2021. Quarenta e seis votos “sim” com o voto do Deputado Tadeu e uma abstenção. Está aprovado o Projeto.

ITEM 6 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 309/2021, de autoria do Deputado Alexandre Amaro, que institui o Dia Estadual do Optometrista, a ser comemorado anualmente dia 23 de março. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Saúde Pública. Em discussão o Projeto.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Só para encaminhar rapidamente, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Para encaminhar, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Queria só pedir a todos os nossos nobres colegas que dessem o voto “sim” para esses grandes profissionais hoje que não são reconhecidos. Temos uma fila somente aqui em Curitiba de 25 mil pessoas que precisam fazer o exame ocular. E se os optometristas estivessem fazendo isso, teríamos, pelo menos, 80% dessa fila já eliminada, porque são coisas simples. O primeiro exame ali nos olhos pertence a eles e depois vêm os oftalmologistas, mas como há uma briga das classes, então, não há ainda uma regulamentação e sofremos, a população sofre com isso. Vemos aí as pessoas

precisando de um simples exame de vista e aí ficam em uma fila quilométrica, enquanto outras precisam de uma coisa que é muito mais séria. Então, são profissionais exemplares, que trabalham muito, assim como o Deputado Anibelli citou o exemplo daqueles que trabalharam todos os dias, também trabalharam todos os dias para fazer a população enxergar melhor. Peço aí o apoio de todos os nobres Parlamentares. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Continua em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Achamos importante, concordamos e votamos “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Aguardamos os votos dos Deputados Anibelli Neto, Delegado Fernando e Delegado Jacovós. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Evandro Araújo e Tercílio Turini (4 Deputados).]** Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.^º 309/2021.

ITEM 7 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 755/2021, de autoria do Tribunal de Contas, Ofício n.^º 1383/2021, que dispõe sobre os valores dos vencimentos básicos dos servidores ativos e inativos que tenham direito à paridade, integrantes das carreiras de técnico de controle e de auxiliar de controle do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Finanças e Tributação. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Aguardamos os votos dos Deputados Alexandre Curi, Cantora Mara Lima, Delegado Jacovós, Dr. Batista e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (46 Deputados); **Votaram Não:** Homero Marchese e Soldado Fruet (2 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Alexandre Curi, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Evandro Araújo e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 46 votos favoráveis e 2 votos contrários, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 755/2021.**

ITEM 8 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 47/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.^º 5/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças

e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão o Projeto. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Peço voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Tercílio Turini – CDN): Votando, Sr.^{as} e Sr.^s Deputados. Aguardamos os votos dos Deputados Cristina Silvestri, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Marcio Pacheco e Requião Filho. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tiago Amaral e Tião Medeiros (48 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Requião Filho e Tercílio Turini (6 Deputados).] Com 48 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 47/2022.** Passamos a Presidência ao nosso Presidente Ademar Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):

ITEM 9 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 48/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 6/2022, que aprova crédito especial, alterando o vigente Orçamento Geral do Estado. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Orçamento. Regime de urgência. Em discussão. Em votação. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Pedimos o voto “sim”, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ainda pendentes os votos dos Deputados Alexandre Curi, Anibelli Neto, Cobra Repórter, Delegado Jacovós, Elio Rusch e Marcio Pacheco. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** *Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (50 Deputados); Não Votaram: Ademar Traiano, Alexandre Curi, Delegado Jacovós e Evandro Araújo (4 Deputados).]* Com 50 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 48/2022.**

ITEM 10 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 76/2022, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 9/2022, que dispõe sobre a autorização ao Poder Executivo para fixar regras sobre a obrigatoriedade da utilização de máscaras em ambientes fechados e eventos específicos no âmbito do enfrentamento da pandemia da Covid-19 e dá outras providências. Substitutivo Geral do Poder Executivo. Vamos apreciar neste turno o substitutivo geral. Deputado Arilson, o Deputado Homero inicialmente para encaminhar.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Presidente, poderia falar daqui mesmo?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pois não.

DEPUTADO HOMERO MARCHESE (PROS): Por favor. Eu e o Deputado Luiz Fernando Guerra apresentamos ontem à noite, com o apoio de alguns Deputados, a quem agradecemos muito, algumas emendas em relação a este Projeto que extingue a lei que estabelece obrigatoriedade do uso de máscaras no Estado. Hoje de manhã recebi uma ligação do Sr. Governador dizendo que o nosso principal pedido, meu e do Deputado Guerra, será atendido pelo Governo do Estado, que é a dispensa da obrigatoriedade do uso de máscaras por crianças no Estado do Paraná, fora ou dentro de escolas. Pelo menos isso, o Sr. Governador nos adiantou e pediu-nos para retirar as emendas para adiantar o processo legislativo. Não concordo com a jurisprudência atual do Supremo Tribunal Federal que dá poder para os gestores, por ato administrativo, estabelecerem restrições em relação à Covid. Sempre fui um crítico disso, mas infelizmente existe. Reconheço também o tamanho da Base do Governo aqui, na Assembleia, muito bem comandada, aliás, pelo Deputado Hussein e pelo Deputado Gugu e que sempre honraram a palavra conosco e fizeram um excelente trabalho. E acordo cumprimos, então, vamos cumprir esse acordo, vamos retirar essas emendas. Só gostaria de dizer, Presidente, que essa decisão do Sr. Governador de desobrigar o uso de máscara por criança, em primeiro lugar, ela está absolutamente compatível com a Ciência. Dois anos depois do início da crise todo mundo já sabe disso, todos os dados oficiais deixam isso muito claro. Embora as crianças não estejam ilesas da transmissão ou até de adoecer pelo vírus, e sabemos disso também, mas o risco de isso acontecer com elas é muito, muito, muito menor do que com adultos, especialmente idosos. E o que está acontecendo hoje em dia é uma enorme hipocrisia com as nossas crianças, porque enquanto os adultos ficam sem máscaras em boates, bares, restaurantes, ambientes de trabalho, eventos políticos, jogos de futebol e tudo mais, as crianças estão sendo condenadas a ficar por horas mascaradas dentro de uma sala de aula. São obrigadas a ir no

playground, no parquinho, jogar bola de máscara. Quando soube que meu filho estava jogando bola de máscara, queria matar o responsável, mas, infelizmente, não podia, porque é uma coisa tão descabida que não encontro argumento. E pior: usando máscara de pano cuja eficácia é mínima, talvez irrisória. Os estudos mais divulgados por quem é a favor de uso de máscara de pano por criança dizem uma eficácia de 10%, 10%, para um vírus de baixíssima transmissibilidade entre as crianças e baixíssima letalidade, leva-nos a perguntar se os custos que estão sendo pagos pelas crianças valem à pena. Tem crianças que passaram boa parte de suas vidas sem ver o rosto dos coleguinhas ou das professoras. Dificuldade imensa de aprendizado porque você precisa ver a boca do interlocutor funcionando para aprender melhor; gera ansiedade, gera irritabilidade. Santa Catarina, que dispensou máscaras para crianças, tem um assessor meu que tem uma sobrinha lá e a sobrinha tirou a máscara na primeira semana, Deputado Hussein, e os coleguinhas chegaram para ela: *Coloca de volta senão você vai morrer.* Olha o nível do terrorismo que estamos fazendo com as nossas crianças. Já temos dois anos de crise, já existe uma parede de imunidade significativa da população, seja por prévia infecção, seja por vacinação, e não faz mais, portanto, nenhum sentido essa obrigatoriedade e essa decisão inverte o fato de as crianças serem utilizadas como bucha de canhão dos adultos. Tem que ser o contrário. As crianças têm que ser privilegiadas e não *pagarem o pato* pelo que está acontecendo. A exemplo do que fez o competente Prefeito de Marechal Cândido Rondon que está aqui, o Prefeito Marcio, eu liberaria máscara em todos os ambientes. Acho que é o que prega o estágio atual da pandemia, em que temos boa parte da população vacinada, as vacinas estão disponíveis para quem quiser utilizar, que temos uma boa parede de imunidade, e principalmente diante do fato de que, e aí não fiquem chocados ao ouvir isso, mas não existe imunidade duradoura contra esse vírus. Infelizmente, não existe. Infelizmente vamos ter que conviver com o coronavírus, isso está claro. Estamos testemunhando, Deputado Arilson, não é a nova variante lá na Europa, ela tem atuado em várias partes do mundo, e causa mais estrago onde? Nos lugares em que até agora foram os mais competentes em adotar uma estratégia próxima de Covid zero, mas que é

insustentável em longo prazo. Não vão conseguir sustentar porque, infelizmente, esse vírus vai se mutar e não está sendo segurado pelas prévias infecções ou vacinação. E esses países que não passaram pelo pior, infelizmente agora estão em uma situação pior do que a nossa. Se houve algo, digamos, alguma vantagem nessa tragédia que vivemos, é que pelo menos criamos alguma parede de imunidade aqui no nosso Estado. Precisamos avançar, temos que passar a ponderar também os custos que o uso de máscaras tem causado. Tem custo à saúde física, tem custo à saúde mental, por que alguém que vai em uma academia e está voluntariamente com outras pessoas que voluntariamente estão lá para fazer um exercício físico, por exemplo, tem que usar máscara? Não consigo entender como o cara vai respirar, o oxigênio vai funcionar direito, a oxigenação vai respirar direito, vai funcionar direito naquela situação. Então, pediria ao Governo do Estado que liberasse totalmente o uso de máscaras. Se não, que desce passos claros nesse sentido e que todos tenhamos como certeza de que, com máscara ou sem máscara, novas variantes vão fazer as infecções aumentarem. Precisamos utilizar como parâmetro agora hospitalizações. É evidente. Porque os custos têm sido muito altos. Temos demonstrado, por exemplo, que o número de óbitos por doenças cardíacas tem duplicado, triplicado. Por quê? Porque as pessoas pararam de procurar socorro médico durante a crise. Uma vida tem o mesmo valor, seja ela perdida por uma doença ou outra. Então, temos que começar também a tratar dos impactos que essas medidas restritivas têm causado para a saúde das pessoas também. Então, Sr. Presidente, vou retirar, com o Deputado Guerra, as emendas que fizemos e pedir ao Governo que seja o mais flexível possível nessa situação. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Para encaminhar,
Deputado Arilson.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Isso, Presidente. Na linha parcial concordo com o Deputado Homero, por incrível que pareça em alguns momentos entendemos alguma coisa e temos conciliação de ideias. Não existe imunidade duradoura, por isso que tem a primeira dose, segunda dose e dose de reforço. A

Europa, que passa por esse momento de infecções e retomada de aumento de contágio em vários países, tem um relato importante: 75% da população tomou a primeira vacina, 72% a segunda e apenas 52% a terceira dose. E com medidas não farmacológicas de abolição de distanciamento social e de uso de máscara, propiciaram que esse ambiente voltasse, Deputado Homero. É o que relatam aqui cientistas. Estou aqui, por exemplo, com a previsão e a fala da Lígia Archives, epidemiologista e Vice-Presidente da Abrasco, Associação Brasileira de Saúde Coletiva. Ela coloca que a Ciência já sabe que a BA.2, por exemplo, que é uma das variantes, está se espalhando de forma mais rápida que a Ômicron, isso deve servir de alerta para o Brasil. Para mim, seremos a Europa amanhã, para Archives, “as políticas dos governantes europeus, que estão sendo tomadas em algumas cidades brasileiras de abandonar o uso obrigatório de máscara, têm sido decisivas para a disseminação e até para a criação de variantes”. Deputado Romanelli, a nova variante se dá justamente por uma pessoa, por exemplo, que tomou a vacina, recebeu o vírus, e respondeu de maneira imunológica diferenciada. Ou aquela, que é o maior caso, não tomou a vacina e recebe um novo tipo de vírus, e desenvolve depois, perdão, um novo tipo de vírus, de variante. É esse o perigo que estamos correndo. Todos os países que suspenderam as medidas de proteção não farmacêuticas, como as máscaras e o distanciamento físico, com raríssimas exceções, tiveram aumento, seja imediato ou logo depois da implementação dessas medidas. Não sou eu que estou falando, é a Associação Brasileira de Saúde Coletiva, por meio de uma pesquisa. O pesquisador, também brasileiro, Miguel Micoellis, segue o raciocínio: “A maioria dos governantes a desistir pela exaustão de combater a Covid-19, justo no momento em que o vírus se torna ainda mais contagioso, abre espaço para que a BA.1 e a BA.2, que têm características mais transmissíveis e mais letais que a Ômicron, evoluam, como o caso da China, que neste momento a cidade de Hong Kong, por exemplo, está em colapso funerário”. O que estão alertando: que o problema, de repente, não é só o vírus, é o comportamento das pessoas e também as regras colocadas pelos governos. O que estamos discutindo aqui é que o Governo, ao liberar o não uso obrigatório da máscara, facilita que a

população também afrouxe as regras a serem seguidas. Claro que aqui existe uma colocação pelo Líder do Governo que vai ser editada uma medida sanitária normativa pela Secretaria, mas o que quero colocar é que esse discurso de máscara em lugar nenhum prejudica a vida. Não podemos, em um momento que nem a Ciência tem a concepção exata do que está acontecendo, partir para uma situação dessa. É muito sério o que tem passado. O Vice-Presidente da Associação Brasileira de Infectologia, Alexandre Naime, alerta que a BA.2 é mais suscetível a provocar infecções. Ou seja, estaremos em um cenário muito pior ainda possível, caso isso ocorra aqui. É uma hipótese, Deputado Homero. Mas, diante desse cenário, o Naime assegura que não é o momento adequado para eliminar o uso de máscara no Brasil. Acabamos de sair de uma terceira onda grande causada pela Ômicron e a BA.2 vai ser dominante aqui em breve. Preocupa-nos isso, porque não estamos vivendo sequer a queda sustentável dos casos. Estamos em um platô, não é hora de medidas ousadas, como aquela no Rio de Janeiro, por exemplo, de liberar a máscara inclusive em local fechado. Presidente, com base nisso, essa Oposição, de forma prudente e, como sempre, preservando a Ciência e querendo o bem da saúde pública, protocolou um requerimento com o n.º 470 e esse requerimento pede ao Secretário da Saúde que em 48 horas publique a normativa sanitária que será adotada nesse Paraná sobre o uso de máscara para enfrentamento à Covid. O Líder do Governo anunciou voto para aprovação e estamos preocupados, realmente, para que não ocorra o interstício de tempo e para que também a população não fique desinformada. Hoje, uma das maiores causas da Covid é a desinformação, seja ela por falta de acesso à informação ou seja pelo *raio das fake news* e pedidos negacionistas que são espalhados pelo Brasil. Temos muita gente sendo prejudicada pelo uso maléfico na internet de textos, de *fakes*, abolindo as recomendações da Ciência, da autoridade sanitária; daquele que pesquisou cientificamente; daquele que comprovou a hipótese; daquele que fez revisão por pares, que é uma norma da Ciência, para se validar um artigo científico, por exemplo. Não é uma opinião isolada de uma pessoa, de um profissional, é a opinião de um colegiado. As medidas não farmacológicas, como o distanciamento

social, o uso do álcool em gel, o uso da máscara, o indicativo de não aglomeração, têm comprovação científica de eficácia. Ou achamos que o número de quedas aqui no Brasil foi por quê? Foi porque com a vacina, que muita gente aqui defende, ajudou a se criar um modelo de enfrentamento. A vacina, que é o método farmacológico, age, mas age com outras condicionantes. Não podemos, enquanto Casa de Leis, não criarmos a segurança para que se tenha uma medida efetiva após a revogação dessa lei. Volto a falar que essa lei foi criada por esta Casa porque o Estado do Paraná, na figura da Secretaria da Saúde à época, não tinha uma medida. Votei favorável, mas entendo que as medidas de saúde competem à Secretaria da Saúde e ao Governo do Estado, é uma coisa do Executivo. Hoje, estaremos deixando que o Estado do Paraná, a partir de agora, cuide de todos atos relacionados ao enfrentamento da Covid. Então, por exemplo, como o *pau que bate em Chico, bate em Francisco*, na minha avaliação, ao esta Casa entender que é competência da Secretaria regular o uso de máscara, é competência da Secretaria também proibir ou não o comprovante de vacinação, nos locais públicos e privados do Estado do Paraná. Ela tem autoridade sanitária para fazer isso. É até contraditório, fui a pessoa que apresentei o Projeto de Lei que obriga o comprovante de vacinação, ou melhor, a apresentação dele em alguns locais. Fiz isso porque não tinha matéria regulativa da Secretaria, mas entendo que agora o uso de máscara, o passaporte, o comprovante e outras medidas são de competência da Secretaria. A Oposição vai estar aqui de forma contributiva, fiscalizadora, orientando e encaminhando os votos. Estamos com muito receio e pedindo aqui mais uma vez que esse requerimento seja cumprido, aprovado, em prol da saúde pública do povo paranaense. Por isso, vamos votar “*não*” ao presente Projeto de Lei, para que tenhamos extinguida a única medida obrigatória do uso de máscara no Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Antes de anunciar a fala do próximo Deputado para encaminhar, Marcio Pacheco, quero agradecer aqui o gesto de grandeza do Deputado Homero, da Deputada Maria Victória e, em um gesto de civilidade e respeito político, também ao Deputado Arilson, Líder da Oposição, e aos Sr.^s Deputados da Oposição. Hoje pela manhã o Governador fez

um contato com o Deputado Homero, com o Deputado Arilson, eu estava junto, e ele fez um apelo para que não fossem apresentadas emendas, com o compromisso de atender às reivindicações encaminhadas pelos Sr.^s Deputados. Então, quero agradecê-los aqui, até para que possamos concluir o processo hoje. O Governador tem a intenção de sancionar inclusive a lei ainda no dia de hoje, em respeito a todos os Sr.^s Deputados. Arilson, muito obrigado pela grandeza. Acho que política se faz dessa forma, conversando e estabelecendo posições. Portanto, em nome aqui da Mesa Executiva e do Líder do Governo, temos o interesse de dar celeridade e votar isso no dia de hoje. Agradeço ao Deputado Homero, à Deputada Maria Victória, ao Deputado Arilson e aos Deputados da Oposição. Então, para encaminhar, agora, Deputado Marcio Pacheco.

DEPUTADO MARCIO PACHECO (PDT): Senhor Presidente, Vossa Excelência não fez referência a nós, mas eu também, com o Deputado Amaro e com o apoio de alguns outros Deputados, também já havíamos protocolado uma emenda e é sobre ela que quero falar, inclusive. A pedido do Deputado Hussein Bakri, Líder do Governo, também concordamos com a retirada da emenda, já que havia essa consonância do Deputado Homero, da Deputada Maria Victória. Não seríamos nós que iríamos obstar a tramitação mais célere do Projeto, porque de fato também entendemos a importância dessa ação do Governador, que conta com o “sim” desta Casa, para pôr fim à obrigatoriedade do uso de máscaras no Estado do Paraná. Importante destacar, Presidente, que pôr fim à obrigatoriedade do uso de máscaras não quer dizer proibir o uso de máscaras. É justamente dar essa liberdade para que as pessoas, em se sentindo mais seguras usando máscaras, que elas possam continuar usando as máscaras sem nenhum problema. Mas se elas se sentirem à vontade e entenderem também que o uso de máscaras, neste momento, já não é mais necessário ou que não é mais fundamental para proteger a sua saúde, que elas tenham também esse direito e nisso quero cumprimentar muito o Governo. A nossa emenda, Sr. Presidente, vem ao encontro do encaminhamento já feito pelo Deputado Homero, mais especificamente em relação aos templos religiosos. Tenho, graças a Deus, a oportunidade e a alegria de frequentar uma igreja e é assim muito comum vermos um número menor do

que a capacidade máxima da igreja. Poucas pessoas às vezes dentro de uma igreja, com espaços, Deputado Elio Rusch, daqui onde está Vossa Excelência, dois, três, quatro metros de distância, Deputado Amaro, todo mundo sendo obrigado a usar máscara. Mesmo quando está com um número maior de pessoas, o marido sentado ao lado da sua esposa, com seus filhos, com a sua família, ou seja, em um ambiente próximo, que dentro de casa já é natural, eles estarem nesse formato, e distante das outras pessoas, olhando para frente sem falar nada. Qual o risco de contaminação em um contexto desse? As igrejas normalmente são contempladas com várias portas, inclusive, é quase que um cenário a céu aberto, um templo religioso, Deputado Amaro. Então, quero agradecer a Vossa Excelência por ter assinado comigo essa emenda. O Deputado Ricardo Arruda, o Deputado Homero, o Deputado Guerra e o Deputado Coronel Lee, que assinaram conosco. Concordamos com a retirada com esse olhar do Governador, que de fato deve acenar com celeridade, para fazer a liberação o máximo possível e deixar onde de fato é necessário, locais de atendimento de saúde, onde realmente circulam possibilidades maiores de contaminação. Em outros ambientes, temos que começar a nos libertar desse discurso, que encontramos em muitas pessoas e em alguns cientistas, vamos assim chamar, que querem que a pandemia dure para sempre. Querem que a pandemia dure para sempre. Mas, graças a Deus, Deputado Ricardo Arruda, que estamos vendo o fim dessa pandemia. Graças a Deus e graças aos esforços inclusive aqui no Estado, com o processo de vacinação, com o uso de máscaras que aprovamos aqui nesta Casa, já não se justifica mais. E se temos posições de cientistas de um lado dizendo que são necessárias algumas medidas, temos “n” outros cientistas de outro lado dizendo que são absolutamente desnecessárias. Então, ou seja, não há consenso científico. Isso por si só já derruba, inclusive, o entendimento do Supremo Tribunal Federal, quando diz que os Prefeitos por decreto até poderiam estabelecer algumas medidas restritivas de direito, desde que haja consenso científico. Não há consenso científico nessa pauta. Então, quero cumprimentar o Governador e pedir que ele olhe com carinho para que os fiéis possam ir as suas igrejas e ter a oportunidade de sem máscaras cultuar a sua fé, louvar a Deus, como todos têm

feito. Quero cumprimentar o Prefeito Marcio, que está aqui, de Marechal Cândido Rondon. Nem sabia. Parabéns, Prefeito, parabéns, pela coragem, pela sensatez, pela lucidez que tem. Os municípios devem adotar essas medidas de acabar com essas restrições. É um absurdo isso, de ficar restringindo as pessoas de direitos fundamentais, que é o mesmo caso que está acontecendo na questão da exigência de passaporte sanitário, que é outro absurdo que está acontecendo no Estado do Paraná e em todo o Brasil. Restringir direitos de a pessoa poder ingressar em uma faculdade, que é um direito constitucional, não há amparo. Quem diz que o Supremo Tribunal Federal entendeu, está distorcendo o entendimento do Supremo Tribunal Federal, porque o Supremo diz o seguinte, que vacina compulsória, que é o que prevê o inciso III, letra d, da Lei 13.979, no seu artigo 3º, diz que pode até haver a vacina compulsória, mas vacina compulsória não significa vacina forçada, tem que haver o consentimento da pessoa e pode até implementar algumas medidas restritivas, desde que previstas em lei. Quem é que faz lei? São os Parlamentos, os Parlamentos Municipais, os Parlamentos Estaduais, o Parlamento do Distrito Federal e o Parlamento do Congresso Nacional. Não é Prefeito, não é Reitor de Universidade. Não pode cercear agora o Ministério Público também, fazendo recomendações que não tem amparo jurídico para fazer, impondo ameaças, constrangimentos aos pais, que se não procederem aos processos de vacinação serão processados. Gente, isso é um absurdo. Temos que enfrentar isso. Quem tem maior amor por uma criança do que os pais? É possível imaginar que um pai não vai querer o melhor para o seu filho? Se ele entende, que não está seguro de que a vacina neste momento traz a eficácia, que ele gostaria que tivesse, e que ao mesmo tempo pode trazer consequências que ele não gostaria de ver no seu filho, que são as reações adversas, que ainda não estão realmente claras, como se pode querer exigir que um pai seja obrigado a vacinar o seu filho, que é o seu maior tesouro, o seu maior amor? Não podemos aceitar isso, é um absurdo o que está acontecendo. Os Prefeitos devem se posicionar contra esse manifesto, essa recomendação do Ministério Público. Devem se manifestar contra a recomendação que está acontecendo da Sesa, que é outro absurdo também da Secretaria da Saúde, que

falou que deve fazer uma busca ativa das crianças. O que significa isso? É forçar os pais a vacinar? As Secretarias da Educação não podem, os Conselhos Tutelares, quando não há lei que ampare, qualquer ação é abusiva. Essa recomendação do Ministério Público não pode continuar acontecendo no Estado do Paraná e em todo o Brasil. Não tem amparo para isso. O Conselho Nacional do Ministério Público, inclusive, fez uma série de recomendações, em 2020, para que não houvesse esse tipo de recomendação que interfere na capacidade máxima que tem o Poder Executivo de implementar as políticas públicas, com as leis que o Poder Legislativo faz. Então, quero parabenizar o Governador por esse dia que é histórico, que conseguimos voltar a ter um senso de liberdade, na nossa população do Paraná, de poder tirar essas máscaras, que já não faz mais sentido. Acabo de receber uma mensagem, graças a Deus, da cidade de Cascavel, com mais de 330 mil habitantes, Deputado Homero, que já relata em 24 horas nenhuma morte, nenhuma morte por Covid. Mas, com certeza, Deputado Amaro, houve mortes por outras causas e ninguém está falando das outras causas. Está se dando tanta atenção para essa pandemia, que já é uma endemia, neste momento, deixando de cuidar de outras causas que são tão graves quanto a pandemia, porque morte não importa, se a morte é de Covid ou se é de outra qualquer causa. Então, quero parabenizar o Governador e que esse seja apenas o início, o início de um fim de qualquer exigência, de qualquer ideia de pandemia sem fim. Que seja o início desse fim de pandemia, graças a Deus. Então, parabéns ao Governador. Quero pedir que o Líder do Governo mantenha lá o entendimento que fez comigo pela manhã, de pedir ao Governador que também autorize a retirada, a não obrigatoriedade de máscaras nos templos religiosos, porque isso é sensato, isso é razoável e tem o nosso apoio. Obrigado, Sr. Presidente e Sr.^s Deputados.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Bom, quero também fazer uma correção. Agradecer, então, ao Deputado Marcio, ao Deputado Amaro, ao Deputado Ricardo, que patrocinaram também as emendas e que tiveram a grandeza da sua retirada. E mais uma vez ao Líder do Governo, que ontem à noite fizemos vários contatos telefônicos trabalhando nesse sentido, falando com o

Governador. Enfim, acho que o Poder Legislativo tem esse papel da construção de medidas e decisões que possam contribuir para com o Estado e a população paranaense. Acho que este é um momento importante para todos os paranaenses. Para encaminhar, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): Senhor Presidente, demais colegas, hoje, realmente, é um dia superimportante. Já vinha lutando há algum tempo para que esse uso obrigatório de máscaras fosse retirado, porque está causando um mal à saúde pública. Quando vejo aqui o meu colega Parlamentar que respeito muito, o Arilson, dizer em nova cepa, que está piorando, não sei de onde vem a informação. Na verdade, o que está acontecendo é que saiu uma cepa nova, que é a Delta e Ômicron. Os médicos aqui no Brasil, para quem acompanha realmente esses médicos, já disseram também que é uma cepa fraca. Todas as cepas que virão, daqui para frente, nenhuma é perigosa. O caso da China já foi explicado. Quem ainda não se informou é bom se informar. A China fez um *lockdown* geral por muito tempo e ninguém se contaminou, ficaram em casa. Agora, é óbvio que eles estão suscetíveis a pegar o vírus, que não pegaram ainda, é normal. É normal. A China não fez a imunização de rebanho, como no Brasil teve, como a maioria dos países fez. A maioria das pessoas já pegou Covid ou foi vacinada. Acabou a pandemia. Não é possível que o meu colega Deputado, aqui, não tenha informação do resto do mundo. Os grandes países da Europa, a maioria, tiraram todas as restrições. Todas! Não é possível, que o mundo, que já enxergou que a pandemia acabou, que é endemia, continuarmos com essa Covid para o resto da vida. Só que é um negócio que vai ser igual a uma gripe. Ora, vamos parar de politizar essa Covid. Isso ajudou muita gente a se propagar. Muita gente se propagou. Agora, chega. Adoraram fazer campanha com a morte das pessoas, porque quando lutamos aqui para implantar o tratamento imediato, que salvava vidas e salva, a maioria desse grupo foi contra. Admiro-me quando falam aqui que os governos não podem tomar uma atitude. O Governo do PT da Bahia liberou o Carnaval, não tinha ninguém de máscara. Ninguém de máscara.

DEPUTADO TADEU VENERI (PT): *Pela ordem, Sr. Presidente.*

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Pela ordem, Deputado Tadeu.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PSL): No Carnaval não tinha ninguém de máscara também. Então, o uso de máscara acabou. O Governo está agindo certo, temos que tirar e espero que o Secretário da Saúde Beto Preto não imponha restrições. Tem que liberar em academias porque, para o pessoal que vai fazer esporte, é horrível para quem treina ficar de máscara. Liberar nas igrejas. Mantenham o distanciamento, mas não com máscara. O álcool gel continua? Continua, isso é uma questão de higiene. Agora, o resto já passou do tempo de ter, é um basta. Então, parabéns ao Governo. Parabéns a esta Casa, aqui, que está sempre pontual nas medidas importantes. Agimos rápido para implantar o uso de máscara. Temos que agir rápido para tirar esse uso de máscara também, que *já deu o que tinha que dar*. O passaporte sanitário é algo que realmente nem vou falar, porque o mundo inteiro já tirou. Tem algumas pessoas que querem ainda impor o passaporte sanitário, que não protege nada e nem ninguém, porque quem está vacinado e quem não está vacinado, ambos pegam e transmitem. O próprio Sr. Presidente Traiano tomou três vacinas e pegou a Covid, se ele tivesse nesta Casa com o passaporte estaria também transmitindo, com o passaporte. Então, essa é uma bobagem que nem temos que perder tempo. Temos que aprovar a lei logo e proibir o uso do passaporte, que está prejudicando a vida dos paranaenses. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Tadeu? Então, último orador a encaminhar, Deputado Alexandre Amaro.

DEPUTADO ALEXANDRE AMARO (REPUB): Obrigado, Sr. Presidente. Quero ser bem rápido e objetivo, porque o Deputado Marcio Pacheco e o Deputado Homero já falaram aqui sobre o assunto e falaram muito bem. No final do ano apresentamos um PL de n.º 580/2021, pedindo a retirada do uso de máscaras nos lugares abertos. Alguns Deputados até conversaram: *Vamos colocar em regime de urgência* – isso em dezembro –, mas partimos para o pressuposto de que tem

que ser conversado, falado, pensado. Aí, veio a Ômicron e continuamos com o uso de máscaras. Então, o PL ficou tramitando, pedimos o regime de urgência agora, com o Deputado Homero e mais alguns Deputados, e o Governador traz agora a esta Assembleia Legislativa uma pauta similar à que colocamos, por isso parabenizo o Governo por ver esta força-tarefa que estava sendo feita aqui na Assembleia Legislativa, porque nós que fizemos aqui a lei temos todo o direito de falar, votar e buscar o melhor entendimento entre todos. Então, gostaria também só de ressaltar e pedir que nas academias, que para o exercício, que nas igrejas fosse visto isso com muito carinho pelo Governador, haja vista que o nosso Líder Hussein vai tratar disso, confiamos no trabalho que tem sido feito aqui no Estado do Paraná e esperamos que tenhamos logo o fim de tudo isso. E só ressaltar também que o uso da máscara é facultativo, tem pessoas que querem continuar usando e vão continuar usando, não importa! Há pessoas que vão usar em lugares fechados, há pessoas que vão usar em lugares abertos, há pessoas que vão continuar até se sentirem seguras, mas também tem aquelas que já veem que é hora de parar um pouco, principalmente ao ar livre, em espaços onde a pessoa esteja sozinha, como aqui foi colocado, às vezes na balada a pessoa não usa máscara e ali ela bebendo, conversando, falando, mas muitas vezes na igreja ela está com a máscara, onde ela está com distanciamento e ouvindo. Então, quero pedir essa atenção do nosso Governador, do nosso Líder, parabenizar todos que estiveram aqui incumbidos de fazer com que esta lei funcionasse até agora e que, a partir de agora, ela seja tratada de forma diferente. Muito obrigado, Sr. Presidente. Então, sou favorável ao este Projeto do Governador.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Esta Presidência registra na Casa a presença do Prefeito de Barbosa Ferraz, Sr. Ednilson Miliossi, e dos Vereadores Fabricio de Sá e Vânora Buim, por solicitação do Deputado Douglas Fabrício. Sejam bem-vindos. Deputado Hussein, por favor.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Já estamos em processo de votação...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Vamos então à votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, só peço um segundo aqui, vênia dos colegas Deputados para dizer o seguinte, que só tem uma coisa que me tranquiliza, em primeiro lugar, não estamos no essencial. Quem quiser continuar usando máscara, continue! Não tem problema! Até uma pessoa mais simples me perguntou um dia: *Mas, posso continuar usando máscara?* Claro que pode! Usa máscara... quem quiser vai continuar usando máscara. Se a pessoa achar que tem que entrar nesta Casa de máscara, o senhor não vai proibir, você não vai proibir, ninguém vai proibir. É evidente que quis dizer no ambiente externo. Em segundo lugar, o Deputado Homero acho que poderia retirar, não é, Deputado, ele teve um termo que falou que estou com vontade de matar. É óbvio que é no sentido figurativo e o sentimento dele conheço. Mas também quero, Presidente, Mesa, associar-me a todos, inclusive à Oposição, no sentido de que construímos aqui algo importante e que, por meio do diálogo, podemos avançar. Os compromissos assumidos serão cumpridos e, portanto, peço a todos que, com toda a segurança do mundo, possam votar “sim”. Portanto, peço o voto “sim” a este Projeto e agradeço a disponibilidade de todos em construir o debate. Muito obrigado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votando, Sr.^s Deputados. *Pela ordem*, Deputado Dr. Batista.

DEPUTADO DR. BATISTA (DEM): Senhor Presidente, estou com dificuldades para votar. O meu voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Ok. Ainda pendente o voto do Deputado Cobra Repórter. O Dr. Batista confirma o voto “sim”. Deputado Goura pendente.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, o Deputado Cobra Repórter está informando aqui no WhatsApp que está com dificuldades para votar. Não sei se ele vai comunicar à Mesa ou não!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): O Deputado Cobra Repórter manda um WhatsApp confirmando o voto “sim”. Ainda pendente o voto do Deputado Goura. Vamos encerrar a votação. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Reichembach, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (45 Deputados); **Votaram Não:** Arilson Chiorato, Galo, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Tadeu Veneri (5 Deputados); **Abstenção:** Requião Filho (1 Deputado); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cobra Repórter e Goura (3 Deputados).] Com 45 votos favoráveis, 5 votos contrários e 1 abstenção, **está aprovado o Substitutivo Geral.** (O Sr. Presidente, Deputado Ademar Traiano, registra em Ata o voto favorável do Deputado Cobra Repórter.)

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado, pessoal!

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB):

ITEM 11 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 669/2021, de autoria do Deputado Hussein Bakri, que concede o Título de Utilidade Pública ao Clube dos Idosos Alegria, com sede no município de Entre Rios do Oeste. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Além de pedir o voto “sim”, conto com o voto de todos os colegas neste Projeto. Voto “sim”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Deputado Romanelli, o seu voto; Deputados Artagão, Luiz Fernando Guerra, Marcio Pacheco, Douglas Fabrício, Tadeu Veneri, Goura e Homero Marchese, que acabou de votar. Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Cristina Silvestri, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcio Pacheco, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichenbach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (52 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano e Douglas Fabrício (2 Deputados).] Com 52 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 669/2021.**

ITEM 12 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 699/2021, de autoria do Deputado Artagão Junior, que concede o Título de Utilidade Pública ao Grêmio Recreativo Escola de Samba Filhos da Gavião, com sede no município de Paranaguá. Parecer favorável da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando. Como encaminham o voto os Líderes?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”, com certeza.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): A Oposição encaminha voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adelino Ribeiro, Alexandre Amaro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Bazana, Boca Aberta Junior, Cantora Mara Lima, Cobra Repórter, Coronel Lee, Del. Fernando Martins, Delegado Jacovós, Dr. Batista, Elio Rusch, Evandro Araújo, Francisco Buhrer, Galo, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Guto Silva, Homero Marchese, Hussein Bakri, Jonas Guimarães, Luciana Rafagnin, Luiz Carlos Martins, Luiz Claudio Romanelli, Mabel Canto, Maria Victória, Mauro Moraes, Michele Caputo, Nelson Justus, Nelson Luersen, Nereu Moura, Paulo Litro, Plauto Miró, Professor Lemos, Reichembach, Requião Filho, Ricardo Arruda, Rodrigo Estacho, Soldado Adriano José, Soldado Fruet, Tadeu Veneri, Tercílio Turini, Tiago Amaral e Tião Medeiros (49 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Traiano, Cristina Silvestri, Douglas Fabrício, Luiz Fernando Guerra e Marcio Pacheco (5 Deputados).] Com 49 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.^º 699/2021.**

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimento n.^º 470/2022, do Deputado Arilson Chiorato, solicitando informações ao Secretário de Estado da Saúde, requerendo a edição de norma para regulamentar o uso de máscaras, no prazo de 48 horas, ou antes da revogação total da Lei 20189/2020. Em discussão. Em votação. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimento n.^º 468/2022, do Deputado Hussein Bakri, requerendo dispensa de votação da Redação Final para os Projetos de Lei aprovados em segunda discussão, da Ordem do Dia. Deputados que aprovam permaneçam como estão. **Aprovado o Requerimento.** (Requerimento encaminhado à Diretoria Legislativa para providências.)

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 462/2022, do Deputado Ademar Traiano, encaminhando votos de pesar à família pelo falecimento de João Mário Cieniuch; **Requerimento n.º 463/2022**, do Deputado Anibelli Neto, solicitando o registro e envio de votos de congratulações e aplausos ao Diário do Sudoeste; **Requerimento n.º 464/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e envio de votos de congratulações ao Sr. Henrique, 88 anos, que oferece aulas grátis de inglês em Curitiba/PR; **Requerimento n.º 465/2022**, da Deputada Maria Victória, solicitando o registro e envio de votos de congratulações ao Sr. Ruy José da Costa; **Requerimento n.º 466/2022**, da Deputada Cantora Mara Lima e demais Parlamentares, solicitando envio de expediente ao Secretário de Estado da Educação e do Esporte, requerendo a mudança para cívico-militar do Colégio Cristo Rei, no município de Guarapuava.

Requerimentos com despacho do Presidente.

Ao Cerimonial, à Diretoria Geral e à Diretoria Legislativa para providências:
Requerimento n.º 472/2022, do Deputado Reichembach, requerendo o uso do Grande Expediente da Sessão Plenária do dia 22 de março de 2022.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 469/2022**, dos Deputados Maria Victória e Hussein Bakri, requerendo a inclusão como coautor do Projeto de Lei n.º 31/2020, da Deputada Maria Victória; **Requerimento n.º 471/2022**, dos Deputados Tiago Amaral, Delegado Fernando Martins, Delegado Jacovós, Rodrigo Estacho, Maria Victória, Nelson Justus, Plauto Miró, Marcio Pacheco, Ricardo Arruda, Tião Medeiros, Luiz Fernando Guerra e Alexandre Amaro, requerendo a inclusão do Deputado Plauto Miró como coautor ao Projeto de Lei n.º 21/2022.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 3º, VI do Regimento Interno (em decorrência de impedimento de locomoção no trajeto até a sede do Poder Legislativo ou ao local onde ocorrer a sessão plenária, ocasionando por caso fortuito ou força maior devidamente comprovados): **Requerimento n.º 467/2022**, do Deputado Tadeu Veneri, apresentando justificativa de ausência na Sessão Plenária do dia 9 de março de 2022.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSDB): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 21 de março de 2022, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia**, sempre lembrando que ainda teremos duas Extraordinárias: Redação Final do Projeto de Lei n.º 377/2021; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 669/2021 e 699/2021; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 582/2020, 34/2022, 36/2022, 37/2022, 38/2022 e 39/2022.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 11h26, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)